

Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., X, 2, 346-361

O banzo e outros males: o páthos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes*

Ana Maria Galdini Raimundo Oda

Este artigo analisa o estudo sobre o tráfico negreiro e as doenças dos escravos, escrito por Luis Antonio Oliveira Mendes, em 1793.

Palavras-chave: Negros escravos – psicopatologia – Brasil, escravos – doenças – tráfico negreiro, medicina e escravidão, Luis Antonio de Oliveira Mendes

* Este artigo é resultado de pesquisa em andamento, financiada pela Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo 04/00442-4).

Em fins do século XVIII, descreve-se uma enfermidade chamada “banzo”, numa memória sobre as condições do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, escrita em Portugal por um membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, o advogado Luis Antonio de Oliveira Mendes. Na memória, criticando duramente “a crueldade e a tirania” dos traficantes e proprietários, o autor trata detalhadamente dos transtornos que atacariam a saúde dos negros escravizados, bem como dos meios de sanar e prevenir esses males, nas diversas etapas do comércio de escravos.

Tal descrição do banzo parece ter se tornado clássica, influenciando autores que sucederam Oliveira Mendes na descrição dos sofrimentos dos africanos escravos. Embora nem sempre haja a citação explícita da fonte, nem o uso do nome *banzo*, ecos da sua descrição podem ser encontrados nos escritos de estrangeiros que estiveram no Brasil na primeira metade do século XIX. Citando somente alguns autores, referências ao banzo e aos suicídios entre escravos (sua frequência, métodos usados, motivações etc.) podem ser encontradas nas obras de Henry Koster (1816), Joseph François Sigaud (1844) e Carl F. von Martius (1844).¹

De maneira similar a Oliveira Mendes, estes autores apontam a alta frequência de mortes voluntárias entre os cativos, seja na forma passiva de deixar-se morrer de tristeza, como no banzo,

1. Koster fala da decisão inabalável de deixar-se morrer, sem citar Oliveira Mendes ou a palavra banzo; von Martius menciona e descreve “o conhecido banzo” entre negros e índios escravizados, mas não cita Oliveira Mendes; já Sigaud cita diretamente o trabalho de Oliveira Mendes. As referências são:

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução e prefácio de Luis da Câmara Cascudo. 2ª ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 372-433. [*Travels in Brazil*, 1816].

MARTIUS, Carl F. von. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*. Tradução de Pirajá da Silva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p. 29-33. [*Das Naturell, die Krankheiten, das Arzthum und die Heilmittel der Ueberwohner Brasiliens*, 1844].

SIGAUD, Joseph François X. *Du climat et des maladies du Brésil*. Paris: Fortin, Mason et C., 1844. p. 126-142. [Sem tradução em português].

seja por meios ativos, como os suicídios por enforcamento, afogamento, uso de armas brancas etc. O desgosto pela vida e o desejo de morrer são atribuídos pelos narradores a reações nostálgicas decorrentes da perda da liberdade e dos vínculos com a terra e grupo social de origem, e ainda aos castigos excessivos impostos pelos senhores.²

No presente artigo, são apresentados Luis Antonio de Oliveira Mendes e sua *Memória a respeito dos escravos e do tráfico...*, da qual se republicam excertos.

Estes trechos selecionados do relato de Oliveira Mendes referem-se a aspectos psicopatológicos, compreendidos como referências e enunciados sobre o *páthos* tanto no sentido de paixões quanto de sofrimento, dor e adoecimento humanos (Berlinck, 1998). Neles, destacam-se: as características afetivas e morais dos africanos (amor, ódio, constância, justeza, honra) e suas relações com instituições sociais como a família e o casamento, suas formas de reagir às vicissitudes do cativo, assim como relatos sobre o que se consideravam propriamente doenças, como as “carneiradas”, o “banzo”, a “gota coral” e a “ressecação dos bofes”.

Um ilustrado luso-brasileiro

Luis Antonio de Oliveira Mendes nasceu na capital da Bahia, em 1748, passou boa parte de sua vida em Portugal e faleceu em data incerta, depois de 1817, talvez no Brasil. Formou-se em leis na Universidade de Coimbra, em 1777, onde teria também estudado outras artes e ciências, entre elas a medicina e a filosofia. Exerceu a função de advogado na Casa de Suplicação de Lisboa, além

2. Uma história do banzo ainda está por ser feita; apenas aponto que ela necessitaria articular a história social da escravidão à história das teorias médicas européias sobre as relações entre paixões, melancolia e morte voluntária, bem como a de seus desdobramentos em terras brasileiras – o que incluiria as relações supostas entre clima, raça e psicopatologia – considerando também a circulação do discurso médico entre os leigos letrados.

Do ponto de vista da história das teorias médicas, seria preciso verificar as conexões da concepção de banzo (e do suicídio cativo, em geral) com: melancolia (na tradição hipocrática), nostalgia (entidade do século XVIII), melancolia (de Pinel) e lipemania (de Esquirol). E também, já que o curioso “suicídio por ingestão de terra” é citado com certa frequência, ainda hoje, determinar como a morte voluntária entre os cativos foi associada a condições mórbidas em que existia a geofagia, o vício de comer terra (opilação / hipoemia intertropical / ancilostomose). Neste artigo, investiga-se apenas a relação do banzo com a nostalgia.

de ter se dedicado a inventar algumas máquinas e a escrever poesia; sabe-se que deixou muitas obras por publicar, que outras tantas se extraviaram, e que na Academia das Ciências apresentou memórias sobre variados temas (Costa e Silva, 2002). Em sua bibliografia constam temas tais como: técnicas de melhoria da criação de carneiros e da agricultura em Portugal, a economia da cidade de Salvador (Bahia), um inacabado dicionário de línguas africanas etc. (Capela, 1977).

Portanto, vê-se que ele era um típico homem ilustrado, interessado em buscar e difundir as luzes do conhecimento em suas múltiplas vertentes, e crente em seu poder de melhorar ou reformar a sociedade.

Não se sabe ao certo se ele esteve na África, ou se utilizou apenas informantes que lá estiveram (Capela, 1977) – além de contar com suas lembranças de infância no Brasil – para compor a sua memória sobre as condições do tráfico negreiro e as doenças dos escravos.

Comentando um trabalho de Oliveira Mendes sobre o Reino do Daomé, o manuscrito intitulado *Memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos...* (1806), Alberto Costa e Silva (2002) observa que este tem “um interesse particular, porque nos revela como um brasileiro podia visualizar a África sem nela nunca ter estado e como os africanos guardavam, no desterro, a memória de seus pagos, pois Oliveira Mendes muito se louvou nas lembranças do que ouviu, na meninice, de escravos (...)” (p. 255).

Sobre algumas informações históricas, geográficas e etnográficas dadas pelo autor luso-baiano no início da referida *Memória histórica*, Costa e Silva faz uma bem-humorada observação: às vezes, o autor parece estar entoando “uma verdadeira modinha do mazombo doido” (ibid.), tal é a confusão feita. Também observa que, junto a afirmações acertadas, muitas vezes Oliveira Mendes menciona como sendo termos locais certas palavras que não seriam originárias da região descrita, mas de outras partes da África, e até do Brasil. O historiador não faz estas observações para desqualificar o relato, que considera precioso, mas para apontar as condições de sua produção. Ou seja, uma *Memória* composta de memórias, obtidas de forma fragmentada e depois rearranjadas pelo escritor.

A observação remete ao objetivo principal do presente artigo: apresentar o trabalho de Oliveira Mendes de forma crítica e contextualizada. Isto implica considerar que no seu discurso o autor lançou mão de conhecimentos médicos, de um conjunto de idéias sobre a escravidão circulante no meio letrado, de experiências e lembranças pessoais e alheias, movido por interesses que poderiam ser qualificados de científicos tanto quanto de políticos, e provavelmente visando certo tipo de intervenção social. Em outras palavras, um texto como este só pode ser compreendido se referido aos contextos social e intelectual em que foi gerado, conforme a proposta metodológica de Q. Skinner (1989).

É relevante considerar que um relato sobre as doenças dos africanos escravizados, escrito em 1793 por um jurista luso-brasileiro visivelmente familiarizado com as artes médicas, reflete percepções e crenças (socialmente compartilhadas) de um homem branco sobre o comportamento, a moralidade e a mentalidade de uma raça dita primitiva, sendo informado pelas teorias correntes sobre a produção das doenças.

E ainda, que a posição do narrador com respeito à escravidão terá influenciado a maneira como escolheu descrever a vida dos negros em liberdade, nos seus “pagos ou aldeias”, bem como seus infinitos padecimentos e os “contratempos, inclemências, e infortúnios” que sofriam no estado de cativo aqueles a quem chamou de “homens de pedra, ou de ferro”.

Antiescravismo, governo dos escravos e a *Memória*

Somente em meados do século XVIII começa a tomar corpo o processo histórico internacional que questionaria a legitimidade “natural” da instituição escravista e que, depois de ocupar todo o século XIX, finalmente levaria à sua derrocada. Como sintetiza Antonio Penalves Rocha (2000):

... para provar a sua ilegitimidade foi necessário demonstrar que a escravidão se opunha aos princípios do cristianismo, representava uma ameaça ao Estado, era economicamente nociva, violava o direito natural etc. Foi necessário, em suma, desmontar a rede de idéias que a colocava no mesmo plano das demais instituições mediante a demonstração de que ela lhes era prejudicial, e, portanto, deveria ser substituída pelo trabalho livre. (p. 45)

O antiescravismo, desde meados do século XVIII, será construído sobre críticas feitas a partir de diversas perspectivas (filosófica, jurídica, econômica, política e religiosa), tais como as dos filósofos franceses, entre eles Montesquieu, que argumentavam ser a escravidão uma ofensa ao direito (das gentes, civil, natural) e, ainda, uma ameaça ao Estado; a de Adam Smith, que considerava a escravidão prejudicial à economia; as críticas de religiosos movidos pela caridade cristã etc. (idem).

Em seu amplo e detalhado estudo sobre as diferentes propostas de governo dos escravos nas Américas, no decorrer dos séculos XVII a XIX, o historiador Rafael de Bivar Marquese (2004) demonstra que a fórmula “humanidade e interesse” fundamentou os discursos antiescravistas do fim do século XVIII. Termo central no ideário iluminista, “a palavra humanidade, além de designar a comunidade dos homens, possuía também uma função valorativa, que serviria

como princípio regulador no domínio jurídico e no domínio moral”. O conceito de interesse, nessa época, “começou a ser cada vez mais relacionado com as aspirações econômicas, com a busca da vantagem material, anseios esses capazes de controlar as paixões” (p. 91).

Esse autor aponta que, por paradoxal que pareça, o mesmo binômio de extração iluminista, “humanidade e interesse” serviu para renovar os argumentos dos governantes e dos proprietários de escravos na defesa da instituição, rebatendo os ataques antiescravistas cada vez mais organizados na Inglaterra e na França.

Observa ainda Marquese (idem) que, enquanto nas Antilhas inglesas e francesas as obras que teorizaram sobre o bom governo dos escravos foram escritas por proprietários – visando, ao mesmo tempo, incrementar os resultados da produção agrícola e defender o escravismo – no caso da América portuguesa, tais textos foram de autoria de ilustrados ligados ao Estado, preocupados com a frágil economia do império colonial português, a maioria deles ligada à Academia Real das Ciências de Lisboa.

A fundação da Academia das Ciências, em 1779, inseriu-se no amplo processo de modernização e de reformas políticas e culturais desencadeados pelo ministro de D. José I, o marquês de Pombal. A Academia pretendia difundir o conhecimento produzido na Universidade de Coimbra por toda a sociedade portuguesa, além de estimular investigações úteis ao progresso do reino, tanto no campo das ciências naturais quanto da economia, através de estudos por ela patrocinados, e posteriormente publicados na série *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* (Marquese, 2004).

Tal foi o caso do trabalho do associado Luis Antonio de Oliveira Mendes (1977), onde procurava responder às seguintes questões propostas pela Real Academia:

Determinar com todos os seus sintomas as doenças agudas, e crônicas, que mais frequentemente acometem os pretos recém-tirados da África: examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brasil: se talvez a mudança do clima, se a vida mais laboriosa, ou se alguns outros motivos concorrem para tanto estrago: e finalmente indicar os métodos mais apropriados para evitá-lo, prevenindo-o, e curando-o. Tudo isto deduzido da experiência mais sisuda, e fiel. (p. 21, [1812])

O “Discurso acadêmico”, referente ao programa acima citado, foi apresentado pelo autor na sessão pública realizada em 12 de maio de 1793; seria publicado somente anos mais tarde, em 1812, no tomo IV das *Memórias econômicas* e, no ano seguinte, reproduzido no periódico *Investigador Português*, editado na Inglaterra (Capela, 1977).

Na memória, de início o escritor enumera os três interesses envolvidos no humanitário estudo proposto pela sábia Academia: o “dos pretos recém-tirados dos Reinos Africanos para o Brasil, na preservação das suas vidas”, o dos seus senhores que “de contínuo arriscam o seu valor, e importância, que com aqueles se sepulta” e o do Estado, “que sabe, e pesa, que eles são tanto mais preciosos, quanto necessários para a estabilidade, e promoção da agricultura, e das diferentes manufaturas” nos domínios ultramarinos da coroa portuguesa (Mendes, 1977, p. 22, [1812]).

A obra divide-se em seis capítulos, sendo os dois primeiros introdutórios. O primeiro descreve o ambiente físico, o clima, a índole e os costumes dos africanos, inclusive sua organização social, produção agrícola e comércio. No segundo, indica as situações tradicionais em que a escravização era considerada legítima na África: por condenação de crimes como adultério e roubo, no caso de prisioneiros de guerra etc. No terceiro, relata como esses escravos já apesados eram vendidos aos funidores (pretos livres que os comerciavam, trocando-os por víveres, tecidos e outros gêneros), que os levavam em comboios até os portos do litoral, onde os negociavam com os comerciantes europeus, que por sua vez os embarcavam ao Brasil, onde desembarcados, novamente aguardavam sua venda. As péssimas condições materiais e os danos à saúde dos escravos são apontados em cada etapa. O quarto e quinto capítulos tratam das doenças, classificadas pelo autor em agudas e crônicas, que poderiam acometer os escravos em cada etapa do processo de escravização, destacando-se suas relações com as péssimas condições de alimentação, vestuário e abrigo, e com a falta de cuidados médicos. A última parte recapitula as doenças mais comuns e trata dos meios de as prevenir e curar, sempre enfatizando o efeito nefasto dos castigos excessivos e das precárias condições materiais dadas aos escravos (Mendes, 1977 [1812]).

Na análise de Marquese (2004), o trabalho de Oliveira Mendes demonstra sua filiação ao pensamento econômico difundido pela Academia de Ciências, que associava o crescimento da população escrava ao crescimento da riqueza do Reino. Assim, suas indicações sistemáticas de melhoria do trato dos escravos em todas as etapas do comércio negreiro visariam, primordialmente, aumentar a quantidade e qualidade dos cativos chegados ao Brasil, sendo que iniciativas similares já eram efetivamente praticadas por ingleses e franceses no tráfico entre a África e o Caribe. Nessa avaliação, o estudo do ilustrado luso-brasileiro estaria alinhado às propostas laicas de governo dos escravos que pregavam a melhoria de seu tratamento numa perspectiva reformista, favorável à escravidão, utilizando a fórmula “humanidade e interesse”.

Entretanto, é possível considerar uma outra perspectiva sobre quais seriam as intenções de Oliveira Mendes ao escrever sua *Memória sobre os escravos*.

As duas versões da *Memória* de Oliveira Mendes

Conforme mencionado no início do artigo, a memória de Oliveira Mendes repercutiu nas descrições posteriores sobre o banzo, as características morais e os sofrimentos dos escravos, deixadas por viajantes europeus que observaram a escravidão no Brasil do século XIX – vários deles antiescravistas, como o inglês Henry Koster.³

Além disso, é muito importante saber que a *Memória* foi amplamente utilizada em representações pictóricas de caráter antiescravista, conforme demonstrou o historiador Robert Slenes (2002), ao analisar as litografias do artista bávaro Johann Moritz Rugendas, publicadas entre 1827 e 1835, na obra *Malerische Reise in Brasilien* (em português: *Viagem pitoresca através do Brasil*).

Rugendas esteve no Brasil entre 1822 e 1825, acompanhando a expedição científica dirigida pelo naturalista russo von Langsdorff, e suas belas pinturas primam pela perícia com que retrata o homem na natureza. Afirma Slenes (2002) que, analisando os temas e a seqüência das imagens de Rugendas conjuntamente com os textos que as acompanham, torna-se evidente o claro repúdio do artista ao tráfico de escravos e à escravidão, assim como a defesa da capacidade moral dos africanos e seu otimismo quanto ao futuro do Brasil como nação miscigenada.

Com tais imagens, usando recursos como alegoria e alusão, Rugendas intencionaria iluminar certos aspectos “positivos” do caráter dos negros, com claros objetivos políticos, isto é, demonstrar a capacidade dos africanos para o altruísmo, o amor familiar, a constância, o trabalho responsável e outros elevados sentimentos morais, caros ao ideário cristão. Robert Slenes indica que o artista não tinha uma posição política radical – propunha a abolição gradual, por exemplo – expressando um tipo de pensamento antiescravista predominante na França da época, um reformismo cristão conservador. Crente na origem comum das raças humanas (ou seja, monogenista), Rugendas acreditava que um dia os negros poderiam alcançar o grau de civilização dos brancos (idem).

Numa das litografias do citado livro do artista bávaro, o quadro “Negros novos”, podem ser identificadas várias alusões ao texto de Oliveira Mendes.⁴ O quadro retrata africanos recém-chegados ao país, colocados em um depósito, aguardando sua venda; duas figuras femininas são centrais na cena: colocadas lado a lado, uma delas é bem mais nova e levanta o olhar angustiado para a outra,

3. A posição política quanto à escravidão daqueles que se referem ou aludem ao trabalho de Oliveira Mendes (ou usam narrativas similares) está sendo pesquisada.
4. Para uma detalhada descrição do quadro e suas alusões, ver o citado artigo de Slenes.

uma jovem mulher que olha para frente, numa postura ao mesmo tempo triste e digna.

Slenes identifica ali uma específica alusão à passagem onde Oliveira Mendes descreve um caso de separação familiar, em que a mulher vendida como escrava pelo próprio marido (que vendera juntamente a filha de ambos) entra em estado de profunda tristeza e desolação e, convencida da perfídia do esposo, deixa-se morrer de banzo.⁵ Aponta o historiador que, ao tornar a esposa traída e escravizada um modelo de constância e de amor conjugal, Oliveira Mendes se contrapunha aos que caracterizavam os negros (e outros não-europeus) como moralmente diferentes dos brancos, e que ressaltavam sua inconstância, e a isto alude Rugendas ao “ilustrar” o trecho do escritor, com objetivos de propaganda antiescravista.

Mas o caso vai mais além, diante da original constatação de Slenes sobre a existência de duas versões do ensaio de Oliveira Mendes.⁶ Há uma versão alternativa do texto numa limitada “segunda impressão” do volume das *Memórias económicas*, também nominalmente de 1812, que pode ser correspondente ao manuscrito original de 1793 (atualmente não localizado), ao que tudo indica censurado na primeira impressão das *Memórias*.

A “versão alternativa” é uma versão mais longa do ensaio, em que passagens de caráter antiescravista explícito foram suprimidas. Apenas nela, no trecho sobre a escrava que morre de banzo, existem significativas informações adicionais e o uso de uma alegoria: a menina, filha da falecida “heroína de amor, e de constância” fora depois chamada de *Lucrecia*; o fato teria “sucedido há mais de vinte anos” sendo que “há dois anos houveram cartas, (relatando) que Lucrecia era viva”. Robert Slenes vê no nome dado à filha a clara intenção de homenagear a mãe, numa alusão à dama romana Lucrecia que, raptada por um nobre etrusco, prefere o suicídio a desonrar a si e ao amado esposo. Observa ainda o historiador que a Lucrecia dos tempos clássicos era a personificação feminina do amor e da constância, no imaginário europeu: assim, associar a escrava africana à dama romana era marcar seu caráter moral heróico, tornando a sua história memorável (Slenes, 2002).

Existem duas edições modernas do trabalho de Oliveira Mendes, que não indicam a diferença entre as versões. A versão mais longa (“versão alternativa”) foi publicada como anexo, sob o título *Discurso acadêmico ao programa*, em

5. Esta passagem está entre os fragmentos publicados, por isso não detalharei o caso aqui.
6. Agradeço ao professor Robert Slenes pela informação sobre a existência de duas versões do texto de Oliveira Mendes, bem como pela indicação do seu brilhante artigo sobre as litografias antiescravistas de Rugendas.

livro de Antônio Carrera (primeira edição em 1969). A versão mais curta foi apresentada por José Capela, em 1977, com o título *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravidão entre a Costa d'África e o Brasil*.

Na presente publicação de excertos do ensaio de Oliveira Mendes, alguns trechos da versão mais longa, aqui referida como *Discurso*, foram apostos ao trecho correspondente da versão mais curta, citada como *Memória*, com a intenção de ilustrar como as passagens de caráter abertamente antiescravista e certas afirmações de estilo mais enfático foram suprimidas do *Discurso* (que, como vimos, possivelmente seja o texto originalmente escrito em 1793), sem se pretender um exaustivo cotejamento de ambas.

Sobre os trechos selecionados

Serão aqui comentados os trechos adiante publicados, retirados de cinco dentre as seis partes da obra.

Os trechos do Capítulo I destacam como o autor vê o ambiente original dos negros, determinado pelo tórrido clima africano: o clima seria terrivelmente insalubre, mas aqueles que nele têm o seu “berço maternal”, ali viveriam “tendo este clima pelo melhor, porque outros não conhecem”, gozando de “uma perfeita saúde”. Aponta ele ainda que os africanos em seu “clima natalício têm toda a liberdade no seu viver, e têm como uma regra inalterável, e sem limites tão-somente a sua vontade”. A seguir vem a descrição do “caráter destes povos”: ainda que bárbaros e gentios, são “resolutos, dóceis, sisudos, e de boa fé”, extremosos no amor e no ódio, e constantes nos afetos; ainda, a sua capacidade de suportar a dor física (como a dos sucessivos “carimbos” com que lhes marcam a pele, a fogo) é ressaltada, reforçando a idéia de sua robustez inata.

O Capítulo III traz a crítica à escravização em todas as suas etapas ou “idades” e fala “da lastimosa situação dos pretos”; os trechos reproduzidos referem-se à primeira idade, quando os negros já capturados e escravizados iniciam a longa jornada de “seu país até ao porto marítimo”, onde embarcarão para o Brasil, e à terceira, “quando na América os senhores os compram, e os ficam possuindo até ao último espaço das suas vidas”. Sobre a primeira idade, observe-se que apenas no *Discurso* os traficantes de escravos são chamados de “primeiros inimigos da humanidade, e tiranos”, e ainda o estado de cativo é considerado pior que a expulsão de Adão do paraíso bíblico. No trecho sobre a terceira idade, veja-se no *Discurso* a aguda crítica aos “perversíssimos e desumanos” médicos e cirurgiões, que aparece extremamente atenuada na *Memória*.

Ainda nesse capítulo, enquanto o *Discurso* fala de “tronco, grilhão e açoites”, a *Memória* limita-se a mencionar genericamente “castigos”. Apenas no *Discurso* são descritas em detalhes algumas práticas de tortura, bem como se enfatiza o sadismo de alguns senhores “tiranos (que) fazem divertimentos da crueldade”; igualmente, apenas nesta versão existe o dramático parágrafo “Eu vi correr pelo chão o sangue de meus semelhantes. (...) e passam impunes os tiranos.” Nas duas versões, consta que o resultado destas contínuas torturas e do “horrível combate da vida com a morte” era muitas vezes o suicídio do escravo, ou o assassinato do senhor pelo primeiro.

Do Capítulo IV, dedicado às “doenças agudas”, reproduz-se a descrição de febres reinantes chamadas “carneiradas”, altas febres acompanhadas de sonolência, e depois de letargia progressiva e fatal, o que aos parasitologistas do século XX pareceu ser a doença do sono ou tripanossomíase africana, transmitida pela mosca tse-tsé (Santos Filho, 1991). Também aqui, Oliveira Mendes fala dos “curadeiros e curadeiras” pretos, que “observam as moléstias, e que pela força do uso, e costume, aplicam a cada uma delas diversos remédios”, sobretudo compostos por ervas.

Entre as “doenças crônicas” descritas no Capítulo V, destaca-se o “banzo”, sobre o qual foram transcritas integralmente todas as menções (presentes também em trechos do Capítulo VI, adiante). O banzo, “um ressentimento entranhado por qualquer princípio”, seria causado por “tudo aquilo que pode melancolizar”: “a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; à ingratidão, e aleivosia (...); a cogitação profunda sobre a perda da liberdade; a meditação continuada da aspereza [*da tirania*] com que os tratam (...)” Esta “paixão da alma, a que se entregam, que só é extinta com a morte”, parece ao autor uma forte prova do que dissera antes sobre o caráter dos africanos (fiéis, resolutos, constantíssimos...), sendo resultado do ressentimento pelo “rigor com que os tratavam os seus senhores”, rigor acrescido de “crueldade e tirania” na versão mais longa do texto.

Como já indicado, vale observar as importantes diferenças entre a versão mais curta e o *Discurso* quando se trata da história do banzo da africana escravizada junto à sua filha que “depois se chamara Lucrecia”, caso reportado “fielmente” pelo probo Raimundo Jalama (ou Jalamá), comissário das Companhias pombalinas do Pará e Pernambuco em Luanda, responsável pela negociação dos escravos a enviar ao Brasil, e que vivera em Angola entre 1760 e 1770. Como observa J. Capela (1977), esta fora uma época de grande tráfico negreiro, já menos intenso quando Oliveira Mendes escreveu sua memória; o que remete o relato do banzo a esse período, talvez próximo daquele em que o autor vivera no Brasil em sua juventude, quando igualmente diz ter visto “este mesmo banzo” (no *Discurso*, expande-se o território do Brasil para a América Portuguesa).

Ainda desse capítulo são reproduzidos trechos sobre a “gota coral”, nome antigo da epilepsia, e que se pensava talvez causada por lombrigas, vermes que seriam provenientes do estado de “relaxação do estômago”, considerada coisa muito corriqueira nos climas quentes. Já para os africanos, observa o autor, a doença seria causada por um castigo divino, sendo incurável. Outra doença grave descrita é a “ressecção dos bofes”, causada pelo abuso de aguardente, bebida pela qual os negros seriam “apaixonadíssimos” e que também lhes serviria para aquecimento corporal, na falta de vestuário adequado; a “ressecção dos bofes” seria uma das causas da hidropisia, ou inchaço decorrente do acúmulo de líquidos serosos no corpo, também muito comum entre os escravos no Brasil.

O Capítulo VI trata dos “meios de se acautelarem e de se curarem” as enfermidades dos cativos nas várias etapas da escravização, desde a compra dos escravos nos “sertões” ou interior da África, realizada pelos “sertanejos ou funidores”, na difícil jornada até os portos de embarque, no tempo em que aguardavam as negociações dos comerciantes e o embarque rumo ao Brasil, no decorrer do transporte transatlântico, em sua chegada ao país e na espera durante o processo de venda aos novos senhores, os compradores finais.

Foram reproduzidas passagens da primeira etapa, em que Oliveira Mendes indica a aplicação de regras gerais para obter um percentual maior de sobrevivência de cativos na jornada do interior ao litoral. Ele enfatiza que os custos dos cuidados com a alimentação, água, vestuário e remédios, além de um trato menos cruel, poderiam facilmente se converter em lucros, considerando a maior taxa de sobreviventes chegados em boas condições de saúde e, portanto, com melhor preço de venda – este argumento se repete na obra, com variações, aplicado às diversas situações do tráfico e da vida escrava.

A primeira regra é “tratá-los com brandura, e agrado, para fazer o cativo menos sensível, [*desimaginá-los*] e desvanecer pouco a pouco o banzo, que os não desacompanha” durante essa fase inicial de adaptação ao cativo. Isto porque, ressalta, o sentimento humano diante da perda da liberdade é universal, e os negros “perdendo a sua liberdade ficam desde logo apaixonados” e sofrendo de um “indizível ressentimento, que é justo, e inseparável, e extensivo ao mesmo bárbaro; [*que também tem alma*], que também sente”. Nesse trecho, há um argumento importante no discurso de Oliveira Mendes: a afirmação da existência de uma essência humana e do pertencimento dos povos ditos bárbaros à mesma humanidade dos autodenominados civilizados. O que indica a sua crença na origem comum das várias raças humanas (monogenismo), ainda considerando o atraso das raças bárbaras.

Outra regra recomendada é que na jornada até os portos fossem levados sempre, junto a cada lote de escravos, “um daqueles seus práticos, a que chamam curadeiros ou curadeiras”, que poderiam ser obtidos junto aos funidores ou

mesmo pagos para acompanhar a escravaria até o porto, “observando as enfermidades, e aplicando as medicinas do seu uso”.

No tópico em que resume os meios de acautelar e curar as doenças sobre as quais discorreu na obra, Oliveira Mendes observa que estas são todas conhecidas da medicina (“sarnas, mansa e brava”, “bexigas e sarampos”, “bicho da primeira espécie”, “bicho da terceira espécie”, “febres amalinadas, sezões, carneiradas”, “hemorragias”, “maculo”, “escorbuto”, “antraz”, “cancro”, “lombrigas”, “ressecção dos bofes”), com exceção de duas: o “banzo” e a enfermidade do “bicho da segunda espécie”. Quanto a esta última, diz ser mais comum na Costa da Mina, e ser causada por um “bicho” semelhante a “uma linha branca fina, e torcida” que se escondia sob a pele dos braços e pernas – descrição que corresponde à dracunculose, doença de origem africana (Santos Filho, 1991).

A afirmação do autor sobre o fato do banzo ser uma doença desconhecida pela medicina merece algumas observações. Numa aproximação incerta, mas não descabida, pode-se relacionar o diagnóstico de banzo ao de outra entidade, então bem conhecida, a *nostalgia*.

Nostalgia foi o nome científico (do grego *nostos*, retorno à terra natal, e *algos*, dor ou sofrimento) dado por um médico germânico, em 1678, a uma doença popularmente conhecida como *Heimweh*, também chamada de *maladie du pays* na França e de *mal de corazón* entre os espanhóis. O quadro ocorreria com frequência entre soldados (em especial entre os jovens convocados à força) deslocados para regiões distantes de seu torrão natal, em geral em condições muito adversas, em guerras ou ocupações militares. Estes seriam acometidos por um profundo desespero, em razão das saudades de casa ou diante da idéia de jamais voltar a ver o solo pátrio. Este sentimento progrediria até se tornar uma doença, muitas vezes fatal, com manifestações físicas e mentais: enorme tristeza, insônia, fraqueza, falta de apetite, alterações gastrintestinais, ansiedade, palpitações cardíacas, febre, apatia, estupor, além das incessantes e suspirosas lembranças do lar distante. O único remédio eficaz, reconheciam os médicos militares, era o retorno à terra natal, já que os nostálgicos não serviam mais para as armas (Rosen, 1975).

Interessa aqui destacar que, como observa George Rosen (1975), em fins do século XVIII a nostalgia era aceita como entidade clínica, reconhecida por médicos como uma enfermidade ocorrente em diversos grupos sociais, não apenas entre soldados, e descrita em vários países da Europa. Sua descrição e tratamento foram incluídos nos tratados sobre as moléstias mentais do período, como o de Thomas Arnold, de 1782, que listou a “loucura patética” (*pathetic insanity*), na qual uma paixão tomava totalmente a mente, e da qual uma variedade seria a “loucura nostálgica” (*nostalgic insanity*), que levava à apatia e ao desinteresse pela vida.

Assim, se os conceitos correntes sobre a nostalgia, ou seus correlatos, não fossem desconhecidos de Oliveira Mendes, que sabemos ilustrado nas artes médicas, o seu diagnóstico de banzo pode ter sido uma aplicação da idéia da nostalgia-doença à situação do cativo.

Retornando aos extratos transcritos, na conclusão da *Memória* o autor responde negativamente às hipóteses apresentadas no programa proposto pela Academia Real das Ciências: não seriam a mudança do clima, tampouco a vida mais laboriosa, as causas das doenças e da mortandade dos pretos recém-tirados da África em sua chegada ao Brasil, mas sim a desumana crueldade do tratamento dado aos escravos, que piorava moléstias existentes ou dormentes, e criava novas. Repete o autor que a humanidade e os interesses da Real Coroa “exigem que se resista a estes absurdos”. No *Discurso*, a ênfase é bem maior: “o céu, a terra, a humanidade e a mesma Real Coroa para a resistência destes absurdos comigo pedem vingança”.

É notável a diferença do final da versão mais longa, maior em quase três páginas, como se pode observar na transcrição de parte dos últimos parágrafos do *Discurso*.

Ainda que declare saber que “o simples escritor porém se não deve misturar com o sistema político, porque governe o mundo quem Deus pôs na terra para o governar”, o autor não deixa de dar sua sugestão ao governo, através da proposta de redução progressiva do número de escravos traficados e de um projeto de lei com seis capítulos.⁷ A lei cria mecanismos jurídicos para facilitar as manumissões e ainda para controlar os libertos para que trabalhassem, desejando o autor assim reduzir o número de cativos sem que isso significasse qualquer desequilíbrio na economia colonial, pois ao mesmo tempo se estimularia a propagação dos libertos trabalhadores, até que desaparecesse “para sempre a escravidão dos pretos a todos odiosa”.

As diferenças entre as duas versões do texto fazem crer na posição antiescravista do autor, talvez deliberadamente encoberta pelas propostas de otimização dos resultados do comércio escravo. Esta posição certamente terá

7. Certamente, essa proposta de lei deve se referir a idéias jurídicas circulantes referentes aos escravos; foge ao objetivo deste trabalho a análise desta proposta do autor, mas é possível apontar a origem do item que preconiza que “uma vez que o escravo, e a escrava casada tivessem quatro filhos, desde logo fossem manumitidos”. Segundo Rafael Marquese, a proposta de alforriar a escrava com quatro filhos encontra-se no autor romano Columella; a idéia de liberar progressivamente dos trabalhos mais pesados a escrava com muitos filhos foi usada em propostas de gestão escravista de cunho ilustrado (Marquese, 2004, p. 143, p. 409, n. 34) sem, contudo, chegar à proposta de alforria, como vemos em Oliveira Mendes.

determinado a perspectiva compassiva de onde viu, julgou e descreveu o *páthos* dos escravos, fossem suas paixões, ligações e afetos ou seus sofrimentos físicos e morais.

Referências

BERLINCK, Manoel Tosta. O que é psicopatologia fundamental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 1, n. 1, p. 46-59, mar./1998.

CAPELA, José. Prefácio. In: MENDES, Luis Antonio de Oliveira. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brasil*: apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa, 1793. Porto: Publicações Escorpião, 1977. p. 7-18.

COSTA E SILVA, Alberto da. A "Memória histórica sobre os costumes particulares dos povos africanos, com relação privativa ao Reino da Guiné, e nele com respeito ao rei de Daomé", de Luis Antonio de Oliveira Mendes. *Afro-Ásia*, v. 28, p. 253-294, 2002.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MENDES, Luis Antonio de Oliveira. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brasil*: apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa, 1793. Porto: Publicações Escorpião, 1977.

_____. Discurso acadêmico ao programa... In: CARREIRA, Antônio. *As companhias pom-balinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1983 (1ª ed. 1969). Apenso documental (documento n. 11), p. 364-420 [transcrito de *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV. Lisboa: Tipografia da Academia, 1812, p. 1-82].

ROCHA, Antonio Penalves. Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, p. 37-68, 2000.

ROSEN, George. Nostalgia: a "forgotten" psychological disorder. *Psychological Medicine*, n. 5, p. 340-354, 1975.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. V. 1. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1991.

SKINNER, Quentin. Motives, intention and interpretations of texts. In: TULLY, James (ed.). *Meaning and context – Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

SLENES, Robert W. African Abrahams, Lucretias and Men of Sorrows: Allegory and Allusion in the Brazilian Anti-slavery Lithographs (1827-1835) of Johann Moritz Rugendas. *Slavery and Abolition*, v. 23, n. 2, p. 147-168, 2002.

Resumos

Este artículo analiza el estudio sobre el tráfico de negros y las enfermedades de los esclavos, escrito por Luis Antonio Oliveira Mendes, en 1793.

Palabras claves: Esclavos negros – psicopatología – Brasil, esclavos – enfermedades – trata de esclavos africanos, medicina y esclavitud, Luis Antonio de Oliveira Mendes

Cet article analyse l'étude sur le trafic d'esclaves et les maladies des esclaves, écrit par Luis Antonio Oliveira Mendes, en 1793.

Mots clés: Esclaves noirs – psychopathologie – Brésil, esclaves – maladies – esclaves africains, trafic, médecine et esclavage, Luis Antonio de Oliveira Mendes

This article analyzes the study of black slave traffic and the slaves' diseases, written by Luis Antonio Oliveira Mendes in 1793.

Key words: Black slaves – psychopathology – Brazil, slaves – diseases – African slave trade, medicine and slavery, Luis Antonio de Oliveira Mendes